

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
CONSELHO SUPERIOR

Ata 01/2015  
Reunião Ordinária de 26 e 27/03/2015

1 Às treze horas e trinta minutos do dia 26 de março de 2015, no câmpus Pelotas, o Conselho  
2 Superior do IFSUL realizou reunião ordinária, com a presença do presidente, Marcelo Bender  
3 Machado; dos conselheiros Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de Almeida, Ricardo Castro  
4 Carrilho, Marcos Eli Silveira Echeverria, Marlene Katrein da Costa, Yuri Escobar Gayer, Janaína  
5 Marques Silva, Maria Helena Polgati Moreira, Daniela Cardoso Salau Barboza, Dalvani Costa de  
6 Azevedo, Luciana Neves Loponte, Marcos Roberto Miranda Prietto, Eduardo Martinelli Leal,  
7 Alexandre Pitol Boeira, José Henrique Bassani, Cleiton Xavier dos Santos, Cristian Oliveira da  
8 Conceição, Josi Aparecida de Freitas, Marcelo Leivas Lucena, Ana Maria Geller, Douglas Pinho  
9 de Ávila, Patrick Machado Kovalski, Daniel Delfini Ribeiro, Leandro da Silva Camargo, Daniel  
10 Gonçalves Emmanuelli, Paulo Henrique Asconavieta da Silva, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Pedro  
11 Eula Marques, Kevin Maciel Medeiros, Álvaro Luiz Carvalho Nebel (26/03), Júlio Costa da Costa  
12 (27/03), Carlos Alberto Soares da Silva, Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da  
13 Costa Rodrigues, Cláudia Redecker Schwabe, Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina  
14 Camillo, José Luis Lopes Itturriet, Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Diego Alessandro  
15 Pereira dos Santos, Braulio Sergio Mewius, Renato Louzada Meireles, Fabian Eduardo  
16 Debenedetti Carbajal, Fernanda Pereira Teixeira de Mello, João Manoel Martins da Cruz, Júlio  
17 Cesar Mesquita Ruzicki; o vice-reitor Flávio Luis Barbosa Nunes; a secretária Marilvana  
18 Giacomelli Tavares e os convidados Henrique Ziglia Maia, Janete Otte, Denise Bonow, Ricardo  
19 Pereira Costa, Manoel José Porto Júnior, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Mauro André  
20 Barbosa Cunha, Ana Paula Nogueira e Silva e Alessandro de Souza Lima. Justificaram a ausência  
21 os conselheiros Patrícia Mendes Calixto, Irwing Amaral Almeida Pinheiro, Lidiane Cambraia  
22 Fonseca, Pablo Machado Mendes, Antônio Marcos Pacheco Coutinho, Max Lindoberto Castro  
23 Gonçalves, Mauro Castro Martin, Cacildo dos Santos Machado e Sílvia Letícia Pereira de Pereira.  
24 O presidente Marcelo Bender Machado deu início à reunião abrindo espaço para informes. O  
25 conselheiro Álvaro Nebel pediu reflexão ao órgão máximo da gestão sobre a atual situação  
26 financeira do câmpus Pelotas-Visconde da Graça, nunca vivida antes, uma vez que os atrasos  
27 estão colocando em risco as atividades do câmpus, inclusive com dívida de três meses à empresa  
28 fornecedora de refeições, entre outras. O presidente Marcelo Bender falou sobre 2015 ter  
29 iniciado com saldo negativo e sobre a situação política não apontar um horizonte que permita  
30 planejamento; disse que as medidas que o governo entende como saneadoras não têm sido  
31 aprovadas e que o nosso limite orçamentário alterou; que de janeiro a março a liberação de  
32 recursos é 1/12 avos do orçamento, mas que o financeiro continua atrasado, não tendo recursos  
33 previstos para março; que a situação do câmpus Pelotas-Visconde da Graça é semelhante à dos  
34 câmpus que estão sendo construídos. A convidada Denise Bonow ratificou o cenário difícil. O  
35 convidado Manoel Porto disse que, em função das restrições orçamentárias, não será lançado  
36 edital este ano e que serão contempladas propostas na suplência do ano passado. Disse também  
37 que os câmpus podem participar do PROEXT, e que as propostas podem ser recebidas até 19 de  
38 abril. A seguir, foram empossados os novos conselheiros. O conselheiro Osni Rodrigues solicitou  
39 que os itens 16 e 22 fossem tratados no dia 27 e foi solicitada a inclusão de pauta pela Diretoria  
40 Executiva, tratando da atualização de valores cobrados para os concursos, sendo a inclusão  
41 aceita pelos conselheiros. A seguir, foram submetidas à discussão as portarias *ad referendum*  
42 n.ºs. 3796, 3797, 3798, 3805/2014 e 063, 319, 376, 378, 478, 631, 727 e 729/2015. O  
43 conselheiro Osni Rodrigues apresentou destaque para a portaria n.º 727/2015, referente ao  
44 Plano de Cultura do IFSul, em virtude de não estar bem esclarecido. O convidado Manoel Porto  
45 explicou que a Coordenadoria de Cultura se reuniu com as comissões dos câmpus que já haviam

*[Handwritten signatures and initials are present throughout the page, including names like 'Emanuel', 'MPP', and 'JL'.]*

46 enviado sugestões e que o plano precisou ser feito às pressas, para cumprir o prazo legal para  
47 participação no edital; que o plano, que não é um plano acabado, abrange ações desenvolvidas  
48 nos câmpus e que, a partir delas, será construída uma política efetiva de cultura no IFSul.  
49 Prontificou-se a encaminhar mais documentos em seguida, para continuar a discussão mais  
50 tarde. Assim, com exceção da portaria 727/2015, todas as demais foram homologadas. Dando  
51 continuidade, a servidora Ana Paula Silva falou sobre o **Regulamento das Relações entre o IFSul  
52 e Fundações de Apoio**, explicando a necessidade de inclusão dos decretos 8.240 e 8.241 na  
53 legislação de referência e, em observância a eles, da inclusão do inciso VII no art. 10 e do  
54 parágrafo único no art. 22, da exclusão do parágrafo único do art. 21 e da alteração dos arts. 5º,  
55 20, 21 e § 2º do art. 28, do mesmo modo que, por sugestão da Procuradoria Federal foi alterada  
56 a redação do art. 6º, do inciso V do art. 10 e do § 2º do art. 38. As alterações foram aprovadas  
57 por unanimidade. A servidora Ana Paula Silva apresentou o **Regulamento de Auxílio Financeiro  
58 a Pesquisador/Extensionista**, explicando que em 2012 houve tentativa de usar o cartão  
59 pesquisador do Banco do Brasil, mas não foi possível; que o Banco do Brasil não permite num  
60 mesmo CNPJ cartão pesquisador e cartão suprimento de fundos, do mesmo modo que não  
61 permite a criação de um segundo CNPJ; que a solução foi a criação de uma rubrica de auxílio  
62 financeiro ao pesquisador, aplicável também à extensão e ensino, criada através de portaria,  
63 ainda na gestão anterior, com normativas para aplicação do recurso, mas que houve o  
64 entendimento de que ficaria mais eficiente a criação de um regulamento, construído a partir da  
65 portaria existente. A conselheira Fernanda Mello questionou se seria específico a pesquisador,  
66 conforme o nome da rubrica. A servidora Ana Silva salientou que o art. 1º trata da  
67 indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Mencionou o ofício da SETEC, que veio  
68 com a proposta orçamentária, que informa o custeio discriminado por câmpus e reitoria,  
69 referente à pesquisa e extensão aplicada. A conselheira Fernanda Mello perguntou se também  
70 haveria recurso destinado à cultura, tendo a convidada Ana Paula Silva respondido que a  
71 questão ainda não havia sido discutida. O convidado Manoel Porto explicou que o regulamento  
72 abrange também ensino e pesquisa, mas que não é possível mudar o nome da rubrica, em  
73 função da legislação; que junto ao MEC a pesquisa tem *status* superior à extensão e ao ensino,  
74 que atividades de cultura e esporte estão inseridas na extensão. O conselheiro Osni Rodrigues  
75 perguntou se havia sido feito levantamento sobre o que o Tribunal de Contas e a Controladoria  
76 Geral da União dizem sobre isso. A servidora Ana Paula Silva respondeu que é um recurso  
77 previsto e que fez um trabalho junto à Auditoria, que o levou à CGU, que não identificou  
78 qualquer apontamento relacionado, e que a Auditoria Interna tem ciência e está acompanhado  
79 esse trabalho. O convidado Manoel Porto disse que tem na PROAP, a quem agradeceu, grande  
80 parceria para a execução dos projetos de pesquisa e extensão, pois há momentos em que é  
81 preciso tomar partido e decisões, já que há duas situações: não aplicar o recurso ou correr algum  
82 risco calculado, uma vez que há precaução de tornar os processos o mais consistente possível;  
83 que há controle rígido nas pró-reitorias. O convidado Marcos Betemps esclareceu que o recurso  
84 é garantido pela legislação e que não haveria necessidade de regramento, mas esta é a escolha  
85 da gestão para garantir a transparência e que a CGU tem conhecimento do que é feito e inclusive  
86 está auditando o processo e a prestação de contas; que a mesma solicitou auditoria anual e que,  
87 no momento, a PROPESP está sendo auditada em relação aos projetos de 2013; que a PROPESP  
88 também tem controle rígido dos processos; que em 2014 a pró-reitoria optou por aplicar o  
89 recurso para adquirir todos os equipamentos necessários ao funcionamento dos laboratórios,  
90 que começaram a chegar agora, de modo que os projetos do ano passado foram feitos sem  
91 aproveitá-los; que o recurso que está sendo discutido agora atende projetos e compra de  
92 materiais. A convidada Denise Bonow leu as especificações e destinações da rubrica. O  
93 conselheiro Osni Rodrigues disse que a base legal não está evidente e que o parecer da  
94 Procuradoria não é claro, só menciona a hierarquia entre órgãos; também elencou problema  
95 havido na Universidade Federal de Campina Grande por liberar recurso financeiro para pessoa  
96 física, sem lei específica autorizando. O convidado Manoel Porto disse que a não aprovação  
97 representa o término dos projetos de pesquisa e extensão da forma como o IFSul faz hoje. O

*[Handwritten signatures and initials are present on the left and right margins of the page, including names like Manoel Porto, Osni Rodrigues, and Denise Bonow.]*

98 convidado Marcos Betemps lembrou que os projetos não são escolhas de pró-reitores, mas são  
99 os que participam dos editais e que o recurso já consta no planejamento orçamentário das pró-  
100 reitorias. O presidente Marcelo Bendér disse que não havendo improbidade administrativa, há  
101 necessidade de arriscar para executar os projetos, pois não existe regra para tudo. A convidada  
102 Ana Paula Silva disse não haver dispositivos legais para cada rubrica do plano de contas, mas  
103 que a lei de licitações traz dispensa de licitação para situações vinculadas a projetos de pesquisa  
104 e que a SETEC também referenda; que não há dispositivos legais para tudo e que se trata de  
105 controle interno. O conselheiro Carlos Silva reconheceu o conhecimento do conselheiro Osni  
106 Silva sobre legislação e disse entender a preocupação dele, especialmente pela tradição que o  
107 câmpus Pelotas-Visconde da Graça tem em pesquisa e extensão; que muitas vezes o próprio  
108 pesquisado é que alimenta a instituição, tendo em vista a escassez de recursos; que concorda  
109 com a posição da gestão e é favorável à aprovação do regulamento. O conselheiro Álvaro Nebel  
110 solicitou a alteração do regulamento, no que se refere à responsabilidade do recurso e material,  
111 que deveria ser transferida do chefe do setor para o professor pesquisador, uma vez que ficam  
112 sempre na carga de detentores de função. A servidora Ana Paula Silva disse que do ponto de  
113 vista do regulamento não há problema, mas que não sabe se há impedimento pelo SIGA, pois é  
114 uma questão operacional; que pode ser criado um documento interno responsabilizando o  
115 pesquisador durante a execução do projeto. A convidada Denise Bonow explicou que será feita  
116 mudança do sistema SIGA para o SUAP mas ainda não sabe informar se o novo sistema prevê tal  
117 vinculação. O conselheiro Miguel Dinis concordou com a necessidade de documento vinculando  
118 a responsabilidade ao pesquisador. O convidado Henrique Maia reconheceu o esforço da PROAP  
119 na administração do recurso e disse que em 2013 houve trinta e nove processos de pesquisa e  
120 extensão investigados, dos quais apenas três a regularizar; esclareceu que bens adquiridos para  
121 pesquisa e extensão são tombados quando do recebimento; que os maiores problemas do  
122 câmpus Pelotas-Visconde da Graça referem-se à transição da UFPel para o IFSul; disse também  
123 estar trabalhando no controle interno do câmpus Pelotas e que não vê problemas na aprovação  
124 do regulamento. A conselheira Fernanda Mello pediu que no art. 7º fosse trocada a palavra  
125 "cuidados" por "procedimentos". Colocado em votação, o regulamento foi aprovado com três  
126 abstenções e a justificativa do conselheiro Ricardo Carrilho, como segue: "me abstenho de votar  
127 por não ter participado da discussão". A seguir foram feitos esclarecimentos sobre a **Comissão**  
128 **Própria de Avaliação e o seu regulamento**; que há perspectiva de que a avaliação seja para toda  
129 a instituição e não se atenha aos câmpus que têm cursos superiores, fornecendo dados a serem  
130 usados no planejamento. O presidente Marcelo Bender lembrou que a CPA é autônoma, embora  
131 constituída de servidores da instituição, que precisam ser apoiados. Em relação à composição,  
132 o conselheiro Milton Almeida reconheceu ser complicado exigir a participação do representante  
133 da sociedade civil, embora seja exigência legal. Após discutido, foi feita a alteração no *caput* do  
134 art. 5º e a inclusão § 3.º no mesmo art., do mesmo modo que foi reconhecida a impossibilidade  
135 de constar comissão da reitoria, uma vez que ela não abrange os três segmentos, ficando  
136 definido o uso da nomenclatura representação. O diretor executivo Alessandro Lima salientou  
137 que a avaliação institucional deve ser a base do planejamento, retratando a situação da  
138 instituição, feita por uma comissão autônoma. Posto em votação, o regulamento foi aprovado  
139 por unanimidade com as alterações propostas. A secretária Marilvana Tavares apresentou a  
140 proposta de **calendário de reuniões do CONSUP** para 2015, justificando não ter apresentado na  
141 reunião anterior por estar aguardando a agenda de reuniões do CONIF. Aceitas as datas, ficou  
142 definido que as reuniões de julho e dezembro serão em Pelotas, a de maio em Sapiranga, a de  
143 setembro em Camaquã e a de novembro em Sapucaia do Sul. A secretária Marilvana Tavares  
144 também apresentou a proposta para o **novo acesso à documentação do CONSUP** que, se  
145 aprovada deverá vigorar possivelmente já para a próxima reunião. Explicou que a documentação  
146 será disponibilizada na intranet – aba do Conselho Superior. Após discutidos os detalhes da nova  
147 sistemática foi aprovado que a pauta será pública, divulgada na página do IFSul, e a  
148 documentação será disponibilizada na intranet para os conselheiros, criando acesso para os  
149 alunos representantes, entidades representativas e diretórios acadêmicos. Colocado em

*[Handwritten signatures and initials on the left margin]*

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

150 votação, o formato proposto foi aprovado por unanimidade. O convidado Marcos Betemps  
151 falou sobre a demanda trazida pelo conselheiro Júlio Ruzicki na reunião anterior, sobre a  
152 **resolução 81/2014, que trata do regulamento de afastamento para capacitação**; disse que o  
153 processo já estava em andamento quando da aprovação do documento e qualquer alteração só  
154 valeria para os próximos editais; que para cada servidor são avaliados mais de 65 itens; que, em  
155 relação a distância, foram considerados 200 km entre a sede e local do curso, mas que não há  
156 como determinar o marco que define o ponto a partir do qual se faz a medição; que foram  
157 identificadas algumas inconsistências no texto do regulamento, pois há coisas que não se  
158 verificava, como períodos e prazos de validade para as ações e produções apresentadas, quando  
159 valiam inclusive as anteriores ao ingresso no IFSul, de modo que servidores novos na instituição  
160 contabilizaram situações muito anteriores temporalmente ao ingresso para se beneficiarem do  
161 afastamento; a não especificação de áreas para artigos, a classificação desses artigos nas  
162 diversas revistas, a falta de especificação do tipo de comprovação a ser apresentado e a não  
163 existência de definição de atividades extraclasse, o critério de definição de eventos nacional e  
164 internacional, a não especificação de área prioritárias, uma vez que os câmpus não a apontam,  
165 a padronização de exercício efetivo na carreira EBTT dos câmpus, visando atender substitutos,  
166 que não fazem parte da carreira EBTT, que não havia no documento espaço para registro de ter  
167 DE, ressaltando que tudo isso precisa ser avaliado, para evitar recursos. Em relação às atividades  
168 extraclasse há duas situações: ou definir ou retirar algumas coisas do regulamento. O  
169 conselheiro Carlos Silva relatou o acordo de cavalheiros existente na área de zootecnia do  
170 câmpus Pelotas-Visconde da Graça, onde os doutorados eram feitos em dois anos, em vez dos  
171 três permitidos, o que permitia que todos fossem contemplados com a capacitação; que não  
172 deve haver priorização de áreas, pois todas são importantes e disse que deve ser dado olhar  
173 mais amplo para a questão das publicações já que, às vezes, o docente precisa transitar entre  
174 áreas e ter publicações em todas elas. O convidado Manoel Porto lembrou que uma mesma  
175 revista tem classificações distintas para diferentes áreas. O convidado Marcos Betemps disse  
176 que não está fazendo discussão técnica, mas que o CONSUP deve definir qual o procedimento a  
177 ser adotado para rediscutir o regulamento. O conselheiro Júlio Ruzicki disse que o não  
178 reconhecimento do curso não deve ser impeditivo para a capacitação e que a responsabilidade  
179 deve ser do docente. Questionou quais convênios o IFSul tem hoje, tendo o convidado Marcos  
180 Betemps respondido que o único é o do Instituto Politécnico de Bragança. Respondendo ao  
181 conselheiro Júlio Ruzicki, o convidado Marcos Betemps disse que a CAPES pode cobrar o  
182 investimento do servidor e que já houve um caso em que foi cobrado R\$ 85.000,00, de modo  
183 que a exigência do reconhecimento é para proteção do servidor. O conselheiro José Bassani  
184 sugeriu criação de glossário para uniformizar o uso de mesma terminologia em todos os  
185 documentos. O conselheiro Miguel Dinis salientou que deixar a avaliação na proposta resguarda  
186 a lisura do processo e sugeriu que a cada ano ou edital sejam apontadas as áreas prioritárias. O  
187 conselheiro José Itturriet manifestou-se lembrando a necessidade de definir os itens discutido  
188 antes da próxima reunião do CONSUP, para utilização já no próximo edital. O conselheiro Marcos  
189 Betemps consultou se deveria ser reestabelecida a comissão organizadora original, pelo  
190 conhecimento que tem do regulamento, se chamado o Comitê Institucional Gestor de Pesquisa  
191 e Pós-graduação, porque intermediou o processo, ou se criada nova comissão. A conselheira  
192 Fernanda Mello disse que a comissão não trabalhou sozinha, foi estendida para a gestão e  
193 representantes dos docentes através da CPPD. O convidado Manoel Porto disse que a comissão  
194 cumpriu seu papel e defende o encaminhamento ao Comitê Gestor, pois todos os câmpus  
195 estariam representados, com o que concordou o conselheiro Alexandre Pitol, argumentando  
196 que o trabalho da comissão já está concluído. Lembrou que não é um novo regulamento, apenas  
197 ajustes a serem feitos num regulamento já aprovado, que devem ser aprovadas pelo CONSUP,  
198 dispensando reuniões nos câmpus. O convidado Nilo Campos lembrou que a instituição deve  
199 cobrar o retorno do servidor que saiu para capacitação no exterior, pois o êxito não é só a  
200 qualificação, mas a revalidação no curso no Brasil; que se isso não acontecer não traz benefício  
201 à carreira do servidor. O conselheiro Rafael Leitzke acha salutar estabelecer áreas prioritárias, o

Univ  
MPP  
Le  
Júlio  
Rafael

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

202 que o câmpus Pelotas não fez, mas reconhece a dificuldade de fazê-lo, perguntando qual câmpus  
203 indicaria a área de educação física como prioritária. O vice-reitor Flávio Nunes lembrou que as  
204 propostas para ajustes do regulamento devem ser apresentadas até 23 de abril e aprovadas na  
205 reunião de maio, para que possam valer para o próximo edital. Após ampla discussão, foram  
206 encaminhadas as seguintes propostas: 1) reunir novamente a comissão que elaborou o  
207 regulamento 2) reunir o Comitê Gestor e 3) CONSUP consultar à comunidade trazendo o  
208 resultado na próxima reunião para definição. O conselheiro Renato Meireles manifestou-se  
209 contrário à última proposta, pois o Conselho é deliberativo. O conselheiro João Cruz disse que o  
210 que deve ser votado é se vão ser aceitas alterações ou não e, em caso positivo, caberá à PROPESP  
211 definir como serão feitas pois é uma questão de gestão. O conselheiro Milton Almeida  
212 concordou com o depoimento anterior, dizendo ser necessário incluir a discussão do art. 2º,  
213 referente a afastamento para curso no exterior, pois esta é a pauta. O conselheiro Álvaro Nebel  
214 defendeu que a PROPESP deveria ter trazido suas propostas para o Conselho, pois está  
215 diretamente envolvida; disse que em seu câmpus, as áreas prioritárias são aquelas que têm  
216 menor número de mestres e doutores. O Marcos Betemps propôs que a PROPESP, ouvindo a  
217 PROEX, PROEN e PROGEP encaminhe proposta a todos os representantes de pesquisa dos  
218 câmpus porque não aceita modificação sem consulta à comunidade, para ser apresentada na  
219 próxima reunião do CONSUP. Foi colocada em votação a proposta de aceitar que sejam feitas  
220 alterações no regulamento, que foi aprovada por unanimidade, aceitando-se também dar  
221 continuidade ao processo com a proposta do convidado Marcos Betemps, que disse não pode  
222 fazer alteração na proposta da PROPESP sem ouvir a comunidade e isso inclui o item dois e todos  
223 os considerados polêmicos e que se não houver tempo hábil, em 23 de abril informará que não  
224 será possível apresentar na próxima reunião. A secretária Marilvana Tavares leu a parecer da  
225 Procuradoria Federal sobre a **legitimidade do processo eleitoral** para diretor-geral do câmpus  
226 Pelotas-Visconde da Graça. A seguir, o presidente Marcelo Bender apresentou a proposta de  
227 alteração da sigla da Diretoria de Assuntos Internacionais de DIRASSINT para DAI, que foi  
228 aprovada. Entrou em pauta a proposta de concessão de **RSC para técnicos-administrativos e**  
229 **aposentados**, apresentada pelo conselheiro Marcos Prietto, explicando que em Charqueadas já  
230 existe um grupo de trabalho para discutir o assunto e sugerindo que os câmpus, se não tiverem,  
231 também criem para discutir o assunto e outros tópicos importantes para a carreira. O  
232 conselheiro Alexandre Pitol disse que os servidores do câmpus Passo Fundo já se reuniram e  
233 redigiram manifesto de total apoio em favor do RSC e do técnico-administrativo substituto,  
234 entregues à secretaria neste momento, com cem por cento de adesão dos técnico-  
235 administrativos e grande maioria dos docentes, justificando que apenas oito não assinaram por  
236 estarem ausentes do câmpus; lembrou que o Conselho deve dar apoio às causas, uma vez que  
237 o fez em relação aos docentes, para evitar as desigualdades que estão se criando na instituição.  
238 O conselheiro Júlio Ruzicki disse que haverá encontro do CONSINASEFE nos dias 26 a 29 de  
239 março, de onde sairão novidades sobre o assunto a serem repassadas no próximo CONSUP. O  
240 conselheiro Miguel Dinis solicitou, em nome dos servidores do seu câmpus, que parta do  
241 CONSUP uma moção de apoio às causas. O presidente Marcelo Bender disse que, em 2014, em  
242 reunião do FORGEP reafirmou a necessidade do RSC para técnicos-administrativos, bem como a  
243 contratação de substitutos, para permitir a capacitação dos titulares; que no FORGEP foi criado  
244 grupo de trabalho com a SETEC, para criação de minuta para RSC, tendo o texto já sido  
245 protocolado; que devem ser provocadas discussões e criados grupos de trabalho em todas as  
246 representações sindicais, porque o RSC deve atender todos os servidores da área da educação;  
247 que a minuta da lei propondo o RSC já está no MEC; que sindicato e grupos de trabalho  
248 capitaneados pela PROGEP devem estudar e definir o que é importante para o processo. O  
249 convidado Nilo Campos disse que devem ser trazidos para a luta os professores de ensino  
250 superior e os professores de EBTT, porque o panorama futuro é complicado; que também é  
251 favorável ao técnico substituto, até porque existem afastamentos que independem da gestão.  
252 Reconheceu o CONSUP por estar discutindo o assunto e lembrou que deverá ser estendido às  
253 universidades e sindicatos para unir forças, já que a carreira técnica é mesma. O convidado

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Handwritten signatures and initials on the left margin, including a large signature at the top left and several smaller ones below it.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature in the center and several smaller ones on either side.

254 Manoel Porto lembrou que o sindicato vê com preocupação a contratação de técnico-  
255 administrativos substitutos, da mesma forma como via a contratação de docentes, já que sua  
256 proposta original previa sempre um excedente de profissionais que permitisse que sempre uma  
257 porcentagem de servidores estivesse em capacitação ou cumprindo licenças legais previstas, e  
258 não o trabalho com contratações flexibilizadas, que muitas vezes impedem a continuidade dos  
259 trabalhos; que vê com cautela o técnico-administrativo substituto, uma vez que o técnico, em  
260 determinados setores, realiza atividades complexas ou de grande responsabilidade, impedindo  
261 a execução por um substituto; mas que, em decorrência da contingência da realidade se coloca  
262 favorável à contratação de técnico-administrativos substitutos. O conselheiro Alexandre Pitol  
263 solicitou visita de representação do sindicato ao câmpus Passo Fundo, para promover a  
264 agregação, já que lá não há representação sindical. Após amplamente discutido o assunto, foi  
265 proposta moção em prol da concessão do RSC para técnico-administrativos e aposentados, bem  
266 como a criação do técnico-administrativo substituto, que foi aprovada. O conselheiro Júlio  
267 Ruzicki falou sobre o **intervalo de onze horas entre jornadas para técnico-administrativos e**  
268 **docentes**; disse constar na CLT, mas que considera importante consultar a comunidade sobre a  
269 necessidade de ser criado dispositivo legal; que o advogado do SINASEFE disse não ser questão  
270 legal, mas de organização. O convidado Nilo Campos disse que o nosso estatuto não faz menção  
271 às onze horas, que a exceção é quando o servidor tem acumulação permitida de cargos, quando  
272 é proibido não fazer as onze horas; que a maioria dos servidores cumpre esse intervalo e que,  
273 quando não o faz, geralmente é por interesse pessoal; que pode ser feita uma regulamentação  
274 interna, mas não há lei. Em relação à concentração de horário, o convidado Henrique Maia disse  
275 que pode ser permitida pelos gestores, mas que não é permitido dar aulas em três turnos por  
276 dois dias seguidos. O conselheiro Miguel Dinis disse que, no seu câmpus, concentração de três  
277 dias só é concedido com pedido e projeto de capacitação. O convidado Nilo Campos lembrou  
278 que a lei regulamenta trabalho em dois turnos diários. O conselheiro Rafael Leitzke considera  
279 importante uma orientação da PROGEP pois o docente precisa de um apoio quando se sente  
280 incomodado com alguma situação. Foi aprovado que a PROGEP faça um documento orientando  
281 os servidores em relação às onze horas e aos três turnos de trabalho. A seguir, foram submetidos  
282 à análise os assuntos encaminhados pela PROEN: **alteração da carga horária do Curso Técnico**  
283 **em Administração**, do câmpus Lajeado; **alteração da carga horária do Curso Técnico em**  
284 **Cozinha**, do câmpus Santana do Livramento; o **projeto de Terminalidade Específica em**  
285 **Desenhista de Móveis**, do câmpus Pelotas e o **projeto do Curso Técnico em Eletromecânica**,  
286 do câmpus Pelotas. Não havendo nenhum destaque, todos os itens foram aprovados.  
287 Mencionando a discussão sobre a resolução 81, o conselheiro Álvaro Nebel manifestou-se  
288 dizendo que se sente muito tranquilo quanto ao posicionamento dos conselheiros do câmpus  
289 Pelotas-Visconde da Graça, legitimamente eleitos pela comunidade, pois eles representam  
290 efetivamente a vontade dos seus servidores, e todos os assuntos da pauta, recebidos no prazo  
291 legal, são discutidos previamente com a comunidade; que acredita que isso ocorra em todos os  
292 câmpus; cumprimentou os novos conselheiros e mencionou os conselheiros Vitor Dias, Maria  
293 Lúcia, Osni Rodrigues e Vitor Manzke, ex-conselheiro, pela chamada para as discussões; que  
294 quando disse que a PROESP tem todo o corpo técnico para fazer as alterações nas propostas  
295 e submeter novamente à aprovação do Conselho, não disse, em momento algum, que a  
296 comunidade não devia ser ouvida; que a última palavra foi a do convidado Marcos Betemps  
297 dizendo que a PROESP entende que a comunidade tem que ser ouvida. O convidado Marcos  
298 Betemps respondeu que, em momento algum, disse que o documento não deveria ser discutido  
299 pela comunidade, que, ao contrário só deverá ser trazido ao CONSUP depois de discutido pela  
300 comunidade. O presidente Marcelo Bender apresentou a convidada Ana Paula Silva e falou da  
301 importância do **Relatório de Gestão**, importante documento para os órgãos de controle, pois  
302 contém informações sobre o trabalho da instituição durante todo o ano, não só financeiras mas  
303 também dos alunos de todos os câmpus; disse que é feito de acordo com as regras da CGU e do  
304 TCU. A convidada Ana Paula Silva passou à apresentação do relatório e aos esclarecimentos  
305 necessários. Em relação à página 65, quadro 21, o conselheiro Osni Rodrigues disse que a

Handwritten signatures and initials on the right margin, including "MMP" and "de".

Handwritten signatures and initials on the left margin.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "Júlio" and "MMP".

306 tomada de preços 2013/01 foi só para a reforma do telhado. A convidada Ana Paula Silva  
307 explicou que as informações do quadro são fornecidas pela DPO, referentes ao apanhado de  
308 todas as obras feitas no ano, não detalha se referente a câmpus ou reitoria e sem vinculação a  
309 processos licitatórios. Na página 82, linha 8, o conselheiro discordou da greve 2014 do câmpus  
310 Pelotas-Visconde da Graça como um dos elementos responsáveis pelo não cumprimento da  
311 meta, porque no período não houve ingresso de alunos, que estava previsto para outubro,  
312 portanto depois de finda a greve. A convidada Ana Paula Silva justificou que, embora a ação seja  
313 orçamentária, a meta é física e por aluno atendido, extraído das informações inseridas no SIMEC.  
314 A convidada Denise Bonow explicou que a matriz orçamentária elaborada no SISTEC é baseada  
315 no número de alunos e que todo mês há necessidade de justificar por que tal número não foi  
316 atingido, através de sistema de monitoramento das ações, para ver o que está ou não sendo  
317 executado; que mesmo que não exista diferença no número de alunos no final, em algum  
318 momento interferiu e o sistema fez a crítica. O conselheiro Osni Rodrigues disse que,  
319 considerando o ano, a justificativa é uma inverdade e sugeriu incluir o não impacto do número  
320 de alunos no ano. O conselheiro José Itturriet lembrou que a justificativa pode ajudar a  
321 instituição, no sentido de proteger quanto à não execução do recurso. A convidada Denise  
322 Bonow informou que não faz crítica orçamentária, mas em relação ao número de alunos. Se o  
323 número anual previsto não foi atingido, há necessidade da justificativa mensal. A convidada Ana  
324 Paula Silva disse que a informação abrange um período de 2013 e outro de 2014, não  
325 obedecendo ao ano civil e que o ingresso em outubro pode até não ter sido contabilizado e que  
326 também foi constatada inconsistência no abastecimento do sistema do câmpus. A conselheira  
327 Fernanda Mello disse que a preocupação do conselheiro Osni Rodrigues é a de as greves não  
328 sejam vistas como grandes responsáveis pelo não atingimento das metas. O destaque seguinte  
329 foi para o item indicadores acadêmicos, relação ingresso/aluno. Em relação à linha 7, da página  
330 88, o conselheiro Osni Rodrigues considerou que o afastamento do diretor-geral e o novo  
331 processo eleitoral não interferiram na ação, porque não houve ruptura, já que o setor de  
332 registros acadêmicos não aderiu à greve, o coordenador havia sido trocado anteriormente à  
333 greve e o diretor foi substituído por membro de sua gestão. A convidada Ana Paula Silva explicou  
334 que as informações foram fornecidas pelos câmpus. O representante do câmpus Pelotas-  
335 Visconde da Graça no CODIR, Júlio Costa, defendeu a justificativa dada pelo câmpus,  
336 considerando que houve ruptura entre 18 de julho e 02 de setembro, período do processo  
337 eleitoral, e que a greve não foi boa e nem trouxe melhorias para os alunos; que, mesmo o diretor  
338 tendo sido substituído por outro servidor da sua gestão, existiu quebra de continuidade. O  
339 conselheiro Osni Rodrigues explicou que não disse que a greve foi boa para o câmpus, só que  
340 não interferiu na execução orçamentária do câmpus; que a alimentação do sistema de registros  
341 acadêmicos não foi afetada porque não houve troca de servidores e é processo apenas  
342 operacional. O conselheiro Emanuel Queiroga considerou que a greve realmente causou  
343 impacto nas atividades do câmpus, porque todo o câmpus só falava em greve. O conselheiro  
344 Osni Rodrigues disse que a greve se justificaria se também consideradas as de anos anteriores.  
345 O servidor Júlio Costa reafirmou o impacto havido, porque as lideranças fizeram greve branca,  
346 uma vez que estavam fazendo campanha, do mesmo modo que situações anteriores  
347 repercutiram inclusive em nível nacional; que o fato de ser parte da gestão afastada não significa  
348 que tenha tomado posicionamentos ou ações exatamente como o professor Álvaro teria ou  
349 faria. Foi colocada em votação a manutenção da justificativa ou sua alteração. A manutenção  
350 da justificativa do câmpus foi aprovada por maioria, com três votos contrários e uma abstenção.  
351 Submetido à votação, o Relatório de Gestão foi aprovado, com as alterações propostas, tendo  
352 havido uma abstenção. O convidado Manoel Porto voltou a falar sobre a **portaria ad referendum**  
353 **727/2015**, que havia ficado pendente de análise. O conselheiro Osni Rodrigues perguntou se a  
354 mesma foi feita em função do programa governamental. O presidente Marcelo Bender explicou  
355 ter sido para permitir que o IFSul participasse do edital já que agora a instituição está dando  
356 mais visibilidade à cultura. O convidado Manoel Porto falou do plano, que teve que ser criado  
357 às pressas e reconheceu que há muitas atividades de cultura no instituto, mas não tem espaço

*[Handwritten signatures and initials on the left margin]*

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Large handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

358 para incrementá-las, que têm sido realizadas reuniões nos câmpus e garantido atividades de  
359 cultura em todos, mas que é preciso buscar a interligação entre os câmpus e a continuidade das  
360 reuniões, independente do edital; que há previsão da criação de núcleos de cultura em alguns  
361 câmpus; falou da viabilidade de a PROEX realizar evento específico para a cultura este ano  
362 abrangendo ações de vários câmpus e também da criação da webtv do instituto, para registro  
363 em vídeo de todos os eventos da área, com intenção de ir além da cultura; do indicativo de canal  
364 de tv digital; que este plano não é o ideal, mas o possível no momento; parabenizou a  
365 coordenadora de cultura pelo trabalho desenvolvido. O conselheiro Marcos Eli Echeverria  
366 perguntou se seria um plano inclusivo, já que menciona as culturas afro e indígena, tendo o  
367 convidado Manoel Porto explicado a necessidade de haver eixos norteadores e que apostou  
368 nelas por acreditar que isso pontuará melhor, pois o plano de cultura do instituto é muito mais  
369 do que o que vai concorrer neste edital. O conselheiro Marcos Echeverria disse que se fosse  
370 incluída a cultura gaúcha haveria maior adesão, mas o convidado Manoel Porto disse que  
371 pontuaria pouco, embora reconheça que as culturas negra e fronteiriça estejam aumentando  
372 suas presenças nos grupos de tradição gaúchesca. O conselheiro Osni Rodrigues disse que se  
373 deveria buscar abranger maior número de câmpus, pois abrange apenas quatro: Pelotas, Bagé,  
374 Jaguarão e Sapucaia. O convidado Manoel Porto disse que foram os que mais participaram e  
375 trouxeram cartas de anuência. Colocada em votação, a portaria foi homologada. O presidente  
376 Marcelo Bender disse que a cultura no IFSul, principalmente a formal, está sendo trabalhada a  
377 partir de núcleos ou servidores, individualmente; que em outras instituições, especialmente no  
378 nordeste, existe um trabalho maior, porque há cursos dança, de teatro, música, etc., tanto em  
379 nível técnico quanto superior, mas a nossa história não caminhou nesse sentido; que é preciso  
380 nos libertar de certas amarras, de conceitos que já se foram, alargando nossa visão para além  
381 da profissionalização. O convidado Mauro Cunha apresentou a **Verificação do Plano de Ações**  
382 **2014**, iniciando pela proposição de unificar as respostas da ação 3.7.5, porque todas elas levam  
383 à mesma justificativa, o que foi aceito. O conselheiro Osni Rodrigues disse que várias  
384 justificativas dos câmpus Pelotas e câmpus Pelotas-Visconde da Graça para ações não  
385 executadas reportam à greve, com o que não concorda, tendo o convidado Mauro Cunha dito  
386 que as respostas são recebidas dos câmpus. O conselheiro Fabian Carbajal manifestou-se  
387 favorável a tudo que é luta pela instituição, inclusive as greves, mas salientou que a gente tem  
388 que entrar com o ônus do que a greve significa, tem que ser considerado o impacto que as  
389 mesmas causam, já que um dos seus fundamentos é travar processos, para que as instâncias  
390 superiores entendam o seu significado e procurem resolver o entrave causado; que não faz  
391 sentido uma greve que não cause impacto; que Brasília tem que reconhecer que há políticas que  
392 causam greves e que greves causam entraves; que faz parte do processo aceitar a justificativa  
393 do câmpus Pelotas-Visconde da Graça. Colocada em votação a manutenção da justificativa dada  
394 ou sua alteração, a manutenção foi vitoriosa, com seis abstenções. Também a Verificação do  
395 Plano foi aprovada, com uma abstenção. O convidado Jair Araújo apresentou o **Planejamento**  
396 **Anual 2015** e começou explanando sobre as diversas etapas de sua construção; disse que a  
397 intenção era de tê-lo aprovado na última reunião do CONSUP ano passado, mas como começou  
398 a ser trabalhado tardiamente não foi possível; que este ano a intenção é de aprovar o  
399 Planejamento 2016 na reunião de dezembro 2015. Salientou que houve avanços em duas áreas:  
400 a de obras e a de tecnologia da informação. A convidada Ísis Machado disse que a DTI propôs  
401 excluir as ações de TI n.ºs 97, 99, 103 e 167, incluídas pela própria DTI, o que efetivamente  
402 ocorreu, após ampla discussão, votação e aprovação por contraste, do mesmo modo que foi  
403 aprovada a inclusão de todas as ações previstas no PDTI e que já estão em andamento. A  
404 conselheira Marilice Chapper perguntou se há previsão para webconferência, que poderia evitar  
405 muitas viagens, com o que concordou o conselheiro Júlio Ruzicki. O vice-reitor Flávio Nunes disse  
406 já estar disponível, bastando contatar a DTI para agendar horário e sala; sugeriu que a CCS faça  
407 matéria divulgando-a. O presidente Marcelo Bender disse que o agendamento permite que a  
408 DTI consiga uma banda maior da RNP. Colocadas em votação, as inclusões da DTI no  
409 Planejamento foram aprovadas por unanimidade. O convidado Jair Araujo salientou que a ação

*[Handwritten signatures and initials on the left margin]*

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

410 118 não é da DTI e não deve ser excluída e sim ser transferida para a PROEN. O conselheiro  
411 Renato Meireles solicitou que a duplicação das ações 16 a 28 do câmpus Gravataí no documento  
412 seja retirada. O conselheiro Eduardo Leal questionou a possibilidade de um formulário mais  
413 dinâmico, pois o atual é enfadonho e difícil para incentivar a discussão com a comunidade. A  
414 conselheira Luciana Loponte ratificou as palavras do conselheiro Eduardo Leal, salientando ser  
415 um documento muito técnico. O conselheiro Osni Rodrigues disse que a mudança de  
416 metodologia do ano anterior para este era para diminuir o documento, mas que a planilha ficou  
417 maior este ano, embora diminuindo o número de ações, tendo o convidado Mauro Cunha  
418 explicado que o aumento aconteceu porque o modelo atual tem mais informações para que os  
419 câmpus conheçam os responsáveis pelas ações e a gestão possa acompanhar e que a comissão  
420 trabalhou numa planilha dinâmica. Colocado em votação, o Planejamento 2015 foi aprovado,  
421 havendo uma abstenção, justificada, do conselheiro Osni Rodrigues, como segue: "não houve  
422 reunião no câmpus para discussão das ações, não possibilitando, assim, a defesa das ações  
423 propostas". A seguir, o convidado Alessandro Lima falou sobre a proposta de **alteração dos**  
424 **valores cobrados pelos concursos públicos para docentes**; salientou os gastos com publicação,  
425 elaboração de provas, análise de títulos, gastos com servidores externos e o baixo valor da  
426 inscrição, R\$ 50,00. O conselheiro Rafael Leitzke defendeu a isenção para pessoas de baixa  
427 renda, à semelhança do que é feito nos processos estudantis e a mesma condição de gratuidade  
428 referente à educação. O convidado Alessandro Lima disse que existe plano de isenção, mas o  
429 gasto é superior ao da taxa de inscrição: O presidente Marcelo Bender lembrou que a não  
430 cobrança para alunos faz parte da educação gratuita e difere de ingresso no mercado de  
431 trabalho; que a gestão tem que tomar posições e quem deve ser privilegiado com a isenção é o  
432 aluno. O vice-reitor Flávio Nunes lembrou que no último vestibular foram gastos R\$ 350.000,00  
433 e que houve abstenção de 50%, já que, por ser gratuito, todos se inscrevem; que a despesa não  
434 tem redução porque o material tem que estar disponibilizado para todos os inscritos e os fiscais  
435 trabalham normalmente; que precisa ser mantida essa política assistencial, procurando uma  
436 maneira de evitar o alto índice de abstenção; que para concursos não deve ser adotada a mesma  
437 política, principalmente no momento em que o país está atravessando esta crise financeira e a  
438 instituição está colocando parte do seu orçamento para cobrir gastos com concursos. O  
439 convidado Manoel Porto disse que o valor elevado vai impedir a participação de muitos  
440 candidatos e teme que a cobrança acabe com a responsabilidade do estado em manter a  
441 instituição e defende o não aumento da taxa. O conselheiro Júlio Ruzicki perguntou se era  
442 conhecido o custo por candidato. O convidado Alessandro Lima respondeu que, pelo valor atual,  
443 são necessários 123 inscritos para pagar a elaboração da prova escrita; além de impressão e  
444 outras etapas, que podem incluir até pagamento de diárias; que o aumento não visa à captação  
445 de recursos mas de diminuição de gastos; que o valor para docentes e técnico superior é R\$  
446 50,00 e para nível médio é R\$36,00. O conselheiro Ricardo Carrilhó concordou com o convidado  
447 Manoel Porto, mas se mostrou favorável à cobrança, para garantir o fechamento de contas, não  
448 para fazer caixa. O conselheiro Fabian Carbajal sugeriu o reajuste pela inflação do período a  
449 partir do último aumento e a criação um mecanismo para que as contas fechem. O conselheiro  
450 Miguel Dinis manifestou-se favorável ao aumento suficiente para cobrir os gastos, sem sobras e  
451 perguntou qual deveria ser o valor e em que seria baseado. A conselheira Ana Geller disse que  
452 o valor cobrado hoje é o mesmo desde, no mínimo, 2008 e que o Conselho deve pedir um estudo  
453 que permita a atualização dos valores para suprir os custos mínimos. O convidado Nilo Campos  
454 teceu várias considerações referentes à cobrança: respeito ao percentual limite que relaciona  
455 taxa com remuneração do cargo; a não existência de orçamento para a realização de concursos,  
456 por ser tarefa da instituição; que antes fazia parte da atribuição dos servidores, que a concessão  
457 de DE deveria estar atrelada ao compromisso de o servidor trabalhar nos concursos; que cursos  
458 e concursos deveria ser bancado pela sua inscrição, concordando, portanto, com o ajuste da  
459 taxa; que para concurso gratuito o trabalho também deveria ser gratuito. Os conselheiros Rafael  
460 Leitzke e Milton Almeida contestaram o fato de a pauta ter sido incluída na véspera,  
461 impossibilitando a discussão prévia. O conselheiro Osni Rodrigues salientou que só foi aprovada

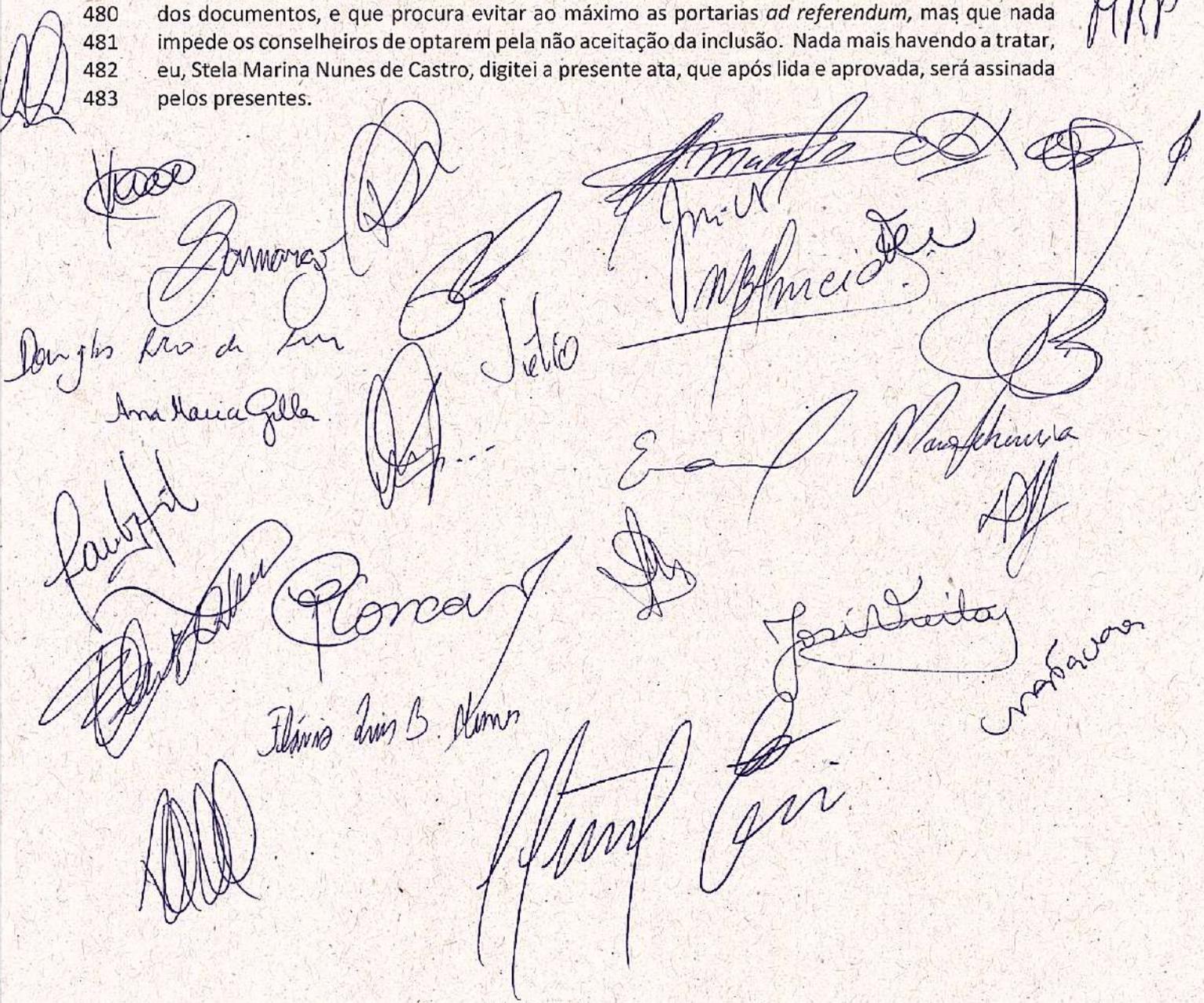
*[Handwritten signatures and initials on the left margin]*

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

462 a inclusão da pauta, não o seu desdobramento e disse que deve ser feito estudo de custo dos  
463 concursos, no período mínimo de quatro anos. Após a discussão foram colocadas em votação  
464 duas propostas: 1) a alteração da taxa hoje; 2) o retorno do tema na próxima reunião,  
465 acompanhado de subsídios que permitam melhor análise. Foi aprovado que o assunto deverá  
466 retornar na próxima reunião, com três abstenções. A conselheira Marilice Chapper questionou  
467 o prazo para remessa da pauta para as reuniões, pois recebeu documento na véspera. A  
468 secretária Marilvana Tavares explicou que o prazo é de 10 dias, conforme o regulamento do  
469 Conselho; que há situações em que algum material é enviado posteriormente, como ocorreu  
470 para esta reunião em que alguns assuntos foram discutidos na reunião do CODIR em 26 de  
471 março, não podendo o material ter sido encaminhado antes daquela data (planejamento anual);  
472 que houve a necessidade de emitir duas portarias *ad referendum* (uma referente à estrutura dos  
473 câmpus Pelotas-Visconde da Graça e Gravataí e outra do Mais Cultura); que se não  
474 fossem encaminhadas agora e deixadas para o próximo CONSUP, a secretaria seria questionada  
475 do porquê de não terem sido apreciadas na reunião imediatamente posterior as suas emissões;  
476 que a opção foi enviar fora do prazo, até porque o material não era muito extenso. A conselheira  
477 Marilice Chapper ressaltou que o ideal é a socialização de todo o material com o câmpus, o que  
478 se torna difícil com a chegada do material aos poucos, pois não há como fazer reunião todos os  
479 dias. O presidente Marcelo Bender falou de questões pontuais em que há prazos para entrega  
480 dos documentos, e que procura evitar ao máximo as portarias *ad referendum*, mas que nada  
481 impede os conselheiros de optarem pela não aceitação da inclusão. Nada mais havendo a tratar,  
482 eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada  
483 pelos presentes.

H  
MRP

  
A collection of handwritten signatures in blue ink, including names such as Douglas Reis de Lima, Ana Maria Gille, Jairo, Marcelo Bender, and others. Some signatures are crossed out with a large 'X'.